

DESCENTRALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE EM CAMPO GRANDE - MS¹

Luana Carla André,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Juliana Marta Antunes Ramos,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Anderson Volpato de Paiva,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Dirceu Santos Silva,

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

RESUMO

O objetivo foi analisar como ocorreu a descentralização e intersectorialidade do Pelc em Campo Grande. Mediante uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, realizou-se uma análise de conteúdo. Os resultados indicaram que a descentralização ocorreu entre o Governo Federal e Municipal. Quanto à intersectorialidade ocorreu de forma horizontal e vertical entre as Secretarias Municipais, UFMS e sociedade civil. Conclui-se que houve indícios de descentralização e intersectorialidade no programa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Política Social; Ação Intersetorial.

INTRODUÇÃO

Na década de 1980 houve mudança de paradigma na administração pública, de uma gestão mais centralizada para uma gestão mais democrática. Duas categorias de gestão merecem destaque nessa mudança: intersectorialidade e descentralização. A intersectorialidade corresponde a articulação entre os três entes federativos (governo federal, estadual e municipal) e envolve a integração de conhecimentos e experiências das instituições da sociedade civil e terceiro setor. A descentralização, por sua vez, diz respeito à distribuição de poder e responsabilidades entre os entes federados, isto é, da unidade central para as unidades periféricas (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997; NOGUEIRA, 1997).

Existem dois tipos de descentralização: a primeira relacionada à competência a qual é realizada por leis complementares à Constituição; a segunda está inserida nas políticas de

¹ O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

esportes, pode ser definida por um ente federado superior, e não existe nenhum meio constitucional que obrigue um ente federado inferior a aceitar a agenda política de um ente federado superior (SANTOS; STAREPRAVO; HIRATA, 2018).

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) corresponde a principal política de acesso ao esporte de participação, fundamentado no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988. O programa foi implantado, em 2003, pelo extinto Ministério do Esporte (ME) e desde 2019 está vinculado à Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. O objetivo do Pelc é garantir o acesso às práticas esportivas e de lazer, como forma de estímulo da convivência social, formação de gestores e sociedade civil (TEIXEIRA *et al.*, 2014; SILVA; BORGES; ROELDES, 2014).

Em Campo Grande, o Pelc foi desenvolvido sob o Convênio n. 797560/2013, firmado entre o ME, representado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e a Fundação Municipal de Esportes (Funesp), com o objetivo de implantar 10 núcleos e 10 subnúcleos de esporte e lazer, e atender 4.000 pessoas diretamente (BRASIL, 2016). A vigência entre a aprovação e a execução do convênio ocorreu entre 31 de dezembro de 2013 e 20 de maio de 2018, o que representou o recorte temporal da análise. Desse modo, a questão central da pesquisa foi: Como ocorreu a descentralização e intersetorialidade no Pelc em Campo Grande - MS?

O objetivo foi analisar como ocorreu a descentralização e intersetorialidade do Pelc em Campo Grande - MS.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada no Sistema de Gestão de Convênios (SICONV) e na Funesp em duas etapas: na primeira etapa foram analisados os documentos em âmbito nacional como as diretrizes nacionais do programa; na segunda etapa foi analisado o Planejamento Pedagógico (PP), Portfólios de 2016, 2017 e 2018 e Relatório Final.

A técnica utilizada foi análise de conteúdo de Bardin (2020), em três etapas cronológicas: 1) pré-análise, com objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, ler e escolher a documentação; 2) a exploração do material, que corresponde à fase de aprofundamento da leitura e análise; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a

interpretação. A partir da pré-análise do *corpus* textual e leitura flutuante, sistematizamos duas categorias: a) Descentralização; b) Intersetorialidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

DESCENTRALIZAÇÃO DO PELC CAMPO GRANDE

O processo de descentralização para Pintos, Athayde e Godoflite (2017) “corresponde à transferência de competências ou poderes do centro para periferia”. No caso do Pelc Campo Grande houve uma articulação entre dois entes federativos, Governo Federal e Municipal:

O Projeto foi desenvolvido sob o Convênio n.797560/2013, firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte - ME, representado pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – SNEELIS e a Fundação Municipal de Esporte – Funesp (FUNESP, 2018a, p.3).

No campo da descentralização é possível identificar três dimensões complementares (administrativa, social e política). A primeira diz respeito à dimensão administrativa que visa delegar funções entre as unidades com o objetivo de aproximar a gestão com a comunidade (PINTOS; ATHAYDE; GODOFLITE, 2017).

Neste sentido, o planejamento pedagógico do convênio apresenta a preocupação de aproximar a gestão à comunidade, conforme trecho a seguir: “Periodicamente serão realizadas reuniões com representantes comunitários, grupos locais de dança, teatro, música os quais irão contribuir para elaboração e organização das atividades do núcleo” (FUNESP, 2013).

A segunda dimensão social está ligada diretamente à participação da sociedade na gestão pública (PINTOS; ATHAYDE; GODOFLITE, 2017). No convênio analisado, evidenciamos a presença efetiva da sociedade civil dentro do grupo gestor, composto por representantes da comunidade, entidades parceiras, entre outros, a fim de fiscalizar a execução do programa (FUNESP, 2018a).

Por fim, a terceira dimensão política se refere à redistribuição de poder político do governo federal para as instâncias estaduais e municipais (do centro para periferia) (PINTOS; ATHAYDE; GODOFLITE, 2017). A partir da análise reporta-se que a descentralização ocorreu entre dois entes federativos, Governo Federal e Municipal (FUNESP, 2018a).

INTERSETORIALIDADE NO PELC CAMPO GRANDE

As Diretrizes Nacionais do Pelc sinalizam para a importância de ações intersetoriais “implementando e ampliando as ações intersetoriais com ministérios, secretarias estaduais e



municipais, e outros setores da sociedade” (BRASIL, 2013, p. 14). Quanto ao convênio analisado destaca-se a presença de ações intersetoriais nos documentos iniciais apresentados ao Governo Federal, ao descrever as entidades parceiras, bem como estabelecer suas atribuições: Entidades parceiras: Fundação Municipal de Cultura - apresentações culturais em eventos; Secretaria Municipal de Saúde - palestras e apoio na divulgação do programa por meio de agentes de saúde; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - formação e espaço físico; Secretaria de Assistência Social (SAS) - Cedência de Espaço (FUNESP, 2013).

Ao investigar as ações intersetoriais apresentadas no PP em paralelo com as informações apresentadas no Relatório Final do Convênio observa-se que as ações foram para além das previstas, conforme Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Núcleos e Subnúcleos Convênio n.797560/2013

Núcleo e Subnúcleo	1/2016	2/2016	1/2017	2/2017	1/2018
Núcleo	Parque Tarsila do Amaral				
Subnúcleo	SOECON				
		Cras Henedina H. Rodrigues			
Núcleo	Centro Olímpico Ruy Jorge da Cunha				
Subnúcleo	Recanto da Criança				
		ASEADEM			
Núcleo	Parque Ecológico do Sóter				
Subnúcleo	Cras Margarida Simões Correia Neder (Estrela D'alva)				
		Cras Carlinda Pereira Contar			
Núcleo	Cras Albino Coimbra Filho				
Subnúcleo	Cras Valéria L. da Silva				
Núcleo	Praça Esportiva Elias Gadia				
Subnúcleo	Cras São Conrado				
		Ass. de Moradores do Parque Res. União I e II			
Núcleo	Parque Ayrton Senna				





Subnúcleo	Praça Jockey Club				
		Cras Prof. Adevair C. L. Gueti			
Núcleo	Parque Jacques da Luz				
Subnúcleo	Cras Alair B. de Rezende				
Núcleo	Cras Los Angeles				
Subnúcleo	Cras Rosa Adri				
Núcleo	Un.Noroeste				
Subnúcleo	AMAPE				
		Aldeia Urbana Marçal de Souza			
Núcleo	Aldeia Urbana Marçal de Souza				
Subnúcleo	Praça do Peixe	Cras Teófilo Knapik			
		Ass. de Mor. do Conj. Hab. Arnaldo E. de Figueiredo			
Núcleo	UFMS				
Núcleo	UFMS				

Fonte: FUNESP, 2016; 2017; 2018b.

O Quadro 1 apresenta a relação dos núcleos e subnúcleos, os quais desenvolveram as atividades do Pelc ao longo do convênio. Observou-se uma articulação horizontal com a SAS por meio do Cras (Centro de Referência de Assistência Social), e uma articulação vertical com a UFMS, conforme descrito por Santos, Starepravo e Hirata (2018).

O convênio não se restringiu ao Cras e a Universidade, mas buscou articulação com a sociedade civil, por meio de Associações de Moradores, Comunidade Indígena, atividades nos Parques e Praças como também a presença do Terceiro setor por meio das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Ao analisarmos o presente convênio observamos que a intersetorialidade ocorreu a partir de cooperação vertical e horizontal, além da articulação com a sociedade civil. Em pesquisa realizada por Silva e Borges (2020), verificou-se que existe uma incipiência de ações



intersetoriais e descentralizadas nas ações políticas de esporte e lazer, que são descritas em documentos, mas na prática apresentam limites, pois os gestores que planejam não são os agentes que executam a proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados é possível concluir que houve indícios de descentralização na implantação do convênio entre o Governo Federal e o Município de Campo Grande - MS, representado pela Funesp. No que diz respeito à intersetorialidade, o convênio estabeleceu articulação horizontal, a partir de parcerias com Secretarias Municipais ligadas à assistência social, saúde e cultura, como também cooperação vertical com a UFMS. Além de parcerias com a sociedade civil por meio do grupo gestor e terceiro setor via ONGs.

A participação da sociedade civil corresponde a uma dimensão fundamental para uma gestão democrática e para a garantia dos direitos. Por sua vez, as ações intersetoriais possibilitam a articulação para o enfrentamento de determinada agenda política. Por fim, a intersetorialidade permite a ampliação e democratização do acesso ao lazer. Destacamos a importância de estudos que analisem os convênios a partir de parcerias com o Governo Federal para o avanço das políticas públicas de esporte e lazer, com dados de pesquisa que ultrapassem os limites da análise documental.

DECENTRALIZATION AND INTERSECTIONALITY SPORT AND LEISURE CITY PROGRAM IN CAMPO GRANDE – MS

ABSTRACT

The objective was to analyze how the decentralization and intersectoriality of Pelc occurred in Campo Grande. Through a descriptive research, with a qualitative approach, a content analysis was carried out. The results indicated that decentralization took place between the Federal and Municipal Governments. As for intersectoriality, it occurred horizontally and vertically between the Municipal Secretariats, UFMS and civil society. It was concluded that there was evidence of decentralization and intersectoral approach in the program.

KEYWORDS: *Public Policies; Social Policy; Intersectorial Action.*

DESCENTRALIZACIÓN E INTERSECTORIALIDAD DEL PROGRAMA DEPORTIVO Y OCIO DE LA CIUDAD EN CAMPO GRANDE - MS

RESUMEN

El objetivo fue analizar cómo ocurrió la descentralización e intersectorialidad de Pelc en Campo Grande. A través de una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo, se realizó un análisis de contenido. Los resultados indicaron que se produjo una descentralización entre los gobiernos federal y municipal. En cuanto a la intersectorialidad, se dio de manera horizontal y vertical entre las Secretarías Municipales, la UFMS y la sociedad civil. Se concluye que hubo indicios de descentralización e intersectorialidad en el programa.

PALABRAS CLAVE: Políticas Públicas; Política social; Acción intersectorial.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2020.

BRASIL. PELC. **Diretrizes Edital 2013. Brasília, DF, 2013**. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/DiretrizesPELC_Edital%202013_09.06.2014.pdf> Acesso em: 16 jun. 2020.

FUNESP. **Planejamento Pedagógico (PP) do Convênio nº 797560/2013**. Campo Grande, MS: 2013.

FUNESP. **Relatório Final do Convênio nº 797560/2013**. Campo Grande, MS: 2018a.

FUNESP. **Portfólio do Convênio nº 797560/2013**. Campo Grande, MS: 2016.

FUNESP. **Portfólio do Convênio nº 797560/2013**. Campo Grande, MS: 2017.

FUNESP. **Portfólio do Convênio nº 797560/2013**. Campo Grande, MS: 2018b.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. **El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública**, Caracas: Unesco. 1997. p. 63-124.

NOGUEIRA, M. A. A dimensão política da descentralização participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.3, p.8-19, jun./set. 1997.

PINTOS, A. E.; ATHAYDE, P.F.A.; GODOFLITE, M.C.S. Municipalização do Esporte e do Lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, set. 2017.

TEIXEIRA, M. R. *et al.* Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 134–161, set. 2014.

SANTOS, E. S.; STAREPRAVO, F. A.; HIRATA, E. Perfil das Prefeituras que Descentralizaram o PELC de 2003 a 2012. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 71–88, 2018.

SILVA, D. D.; BORGES, C. N. F. Intersetorialidade e descentralização na gestão pública de Esporte e Lazer no Estado do Espírito Santo. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, São Paulo, v. 19, n.3, p. 81-90, fev. 2020.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; ROELDES, A. D. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 640-647, jul/set 2014.